



MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO: ALGUNS ENCADEAMENTOS NO CURRÍCULO

Andressa do Nascimento Lima- UFMA
Luana Fernanda Santos Maciel-UFMA
Késsia Mileny de Paulo Moura- UFMA

RESUMO

Este resumo tem como enfoque compreender o que o Movimento Escola Sem Partido propõe para o currículo escolar e suas implicações. Trata-se de uma pesquisa teórica embasada em revisão bibliográfica de artigos, livros, e a legislação vigente. Os resultados obtidos demonstraram que o movimento reforça uma visão conservadora sobre o ensino, limitando a autonomia da escola e do docente. Por fim, as propostas apresentadas se opõem aos princípios da democracia e o papel da escola como espaço de formação plena do cidadão.

Palavras-chave: Escola; Currículo; Democracia.

Introdução

Muito se discute sobre o papel real da escola na formação do cidadão, questão que já é debatida há um tempo. Essa relação é marcada por uma ambiguidade no sentido de que, a escola além da transmissão do conhecimento, a escola precisa ser um espaço que estimule o pensamento crítico; entretanto, também age como um mecanismo de conservação e perpetuação de determinadas estruturas de poder e desigualdade. No Brasil, esse debate ganhou destaque com o ressurgimento do movimento conservador Escola Sem Partido (ESP), criado em 2004, pelo então advogado Miguel Nagib, motivado por um episódio ocorrido em uma escola da Rede privada de ensino, quando um professor de História comparou Che Guevara a São Francisco de Assis.

O referido advogado defende que o ensino deve ser “neutro” e evitar a discussão de temas considerados tabus, como sexualidade, moral, gênero e política. Segundo seus defensores, esses assuntos seriam de responsabilidade exclusiva da família. Sob esse viés, a proposta gerou intensos debates entre educadores e pesquisadores. De um lado, há os que



defendem a liberdade de pensamento crítico, como assegurado pela legislação brasileira; e do outro, críticos apontam que o movimento pode representar uma forma de censura ao trabalho docente e, juntamente, limitar a formação cidadã dos alunos.

Diante desse contexto, este trabalho tem como objetivo analisar a origem do movimento Escola Sem Partido, seus argumentos principais e os possíveis efeitos de suas propostas sobre o currículo escolar. O estudo justifica-se pela necessidade de compreender como discursos conservadores aparentam ser neutros podem carregar ideologias implícitas, interferindo diretamente na formação crítica do indivíduo.

Referencial Teórico

Na lei nº 9.394/1996 da Lei De Diretrizes e Bases da Educação Nacional é garantida ao professor a autonomia do ensino, respeitando o pluralismo de ideias e práticas pedagógicas. Ainda, na normativa é garantida a autonomia nas propostas educativas e curriculares, vislumbres que autores como Paulo Freire e Saviani defendem. Ao examinar as propostas do movimento escola sem partido para a educação, torna-se evidente que estas vão ao contrário do que se é defendido por professores e pesquisadores, que acreditam que a educação pode transformar a realidade vivenciada no cotidiano.

Alguns estudiosos defendem que essa ‘neutralidade’ limita o professor, reduzindo-o a mero veículo para transmissão de conteúdos, o que vai contra o pensamento contemporâneo sobre a docência e ensino. Por muito tempo, o aluno era visto como algo que devia ser preenchido e não poderia questionar, hoje compreende-se que esse é um pensamento equivocado. Paulo Freire, critica a educação bancária e ressalta que o ensino deve contemplar toda a formação plena do aluno, desse modo é um ato político e, sendo assim, a neutralidade não pode ser alcançada, pois o ensino envolve escolhas, valores e a transformação da realidade. A educação nesse sentido deve ajudar o indivíduo a compreender sua realidade, e não apenas reproduzi-las (Saviani, 2008).

Metodologia

Para a elaboração deste resumo, teve como ponto de partida a pesquisa bibliográfica, o objetivo é compreender os diferentes pontos de vista sobre o tema em questão. O processo de escrita do texto, em um primeiro momento foi selecionar os materiais, como artigo e livros que

tenham uma relevância para ser debatido. Após a seleção, foi realizada a leitura com bastante atenção compreendendo os conceitos principais, as ideias, e argumentos e também os resultados que se interligam com nossa proposta de estudo. Essa primeira análise do material é fundamental tendo em vista que norteou a construção do resumo expandido.

Resultados e Discussões

Ao finalizar o texto, é perceptível visões diferentes sobre o papel da escola e também dos professores em relação à educação dos alunos. De um lado, existem os apoiadores que acreditam que a escola sem partido vai ajudar a manter a instituição longe de influências políticas, permitindo que os pais decidam sobre a formação moral de seus filhos. Por outro lado, há os críticos, que alertam que pode ser um tipo de censura disfarçada e que isso limita a liberdade de ensinar, garantido pela Constituição e LDB.

Compreender a origem do movimento, é vital para entender a sua dinâmica. O movimento Escola sem Partido surgiu em 2004, mas neste período permaneceu oculto, ganhando fôlego e projeção apenas em 2014, quando o país passava por um processo eleitoral acirrado e enfrentava uma crise dentro do governo federal que polarizou o país. Foi neste contexto que o movimento ganhou força no senado, ocasião em que foi apresentado a proposta de Lei nº 867/ 2015, que tentou incluir as propostas de neutralidade política, ideológica e política na LDB. Porém, chegou-se ao consenso que essas medidas mascaravam a sua real intencionalidade, de impor prerrogativas limitantes e conduzir o currículo e as práticas docentes ao crivo da onda conservadora.

A pesquisa mostrou que o movimento surgiu como resposta ao medo de 'doutrinação' nas escolas, especialmente em temas como política, gênero e direitos humanos. No entanto, em muitos dos argumentos daqueles que o defendem não há evidências concretas que possam sustentar a ideia de que essa 'doutrinação' realmente acontece de forma sistemática. O movimento apregoa em sua proposta:

Quadro síntese da prerrogativa da proposta do escola sem partido

Propostas	Argumentação	Implicação	Contraponto a partir de uma visão crítica da educação
Neutralidade	Defende que o	Reduz o debate sobre	Segundo Paulo

política, ideológica e Religiosa	educador/ escola deve ter uma postura imparcial o que acaba limitando a docência plena e a liberdade.	questões sociais que compõem a sociedade, torna o ensino meramente técnico, sem focar no real papel da escola como agente de mudanças	Freire a educação é um ato político ,sendo assim a neutralidade tanto buscada não é possível ser alcançada de forma plena.
Formação dos Filhos	O movimento defende que a família tem o dever de escolher como será a formação moral do sujeito.	Ao delegar toda a responsabilidade para a família, debate sobre questões sociais fica limitado e nesse sentido a formação crítica do sujeito é comprometida .	A autora Guacira Lopes afirma que negar o debate sobre gênero e sexualidade é reproduzir desigualdades .
Pluralismo de ideias	Todas as opiniões devem ter espaço; o educador não deve privilegiar uma corrente.	O pluralismo de ideia é uma das compreensões que é garantida por lei. A escola deve ser um espaço plural e que diferentes visões sejam respeitadas.	A Escola é vista como um espaço de diversidade cultural assim como é defendido por Paulo Freire, o ambiente escolar é o meio para o qual ocorra a emancipação do cidadão.
Vigilância e controle	Afixação de cartazes com deveres do professor .	Ambiente de censura e a violação de direitos constitucionais.	Miguel Nagib fundador do movimento defende o controle social como forma de garantir a neutralidade.



Para Freire (1999) o objetivo maior da educação é a emancipação e conscientização do sujeito. Essas concepções defendidas acabam reforçando o não desenvolvimento pleno acerca de questões sociais. Além disso, a influência da família neste contexto educacional acaba contribuindo para esse paradigma, não aceitando que certas temáticas possam ser trabalhadas pela escola, e essa restrição acaba fragmentando a visão social sobre fatos que compõem a nossa sociedade e comprometendo a dinâmica e proposições curriculares. Embora o movimento possa ter apoio de uma parcela da sociedade que defenda essa imparcialidade, uma parcela maior entende que esse movimento limita a criticidade à diversidade e aos problemas sociais da atualidade.

Contudo, a discussão sobre o movimento não se limita apenas à questão educacional. Ela também envolve disputas sobre os valores culturais, religiosos e ideológicos que estão presentes na sociedade brasileira e em outras esferas sociais. As implicações dessa proposta para as instituições de ensino são significativas, pois podem impactar a liberdade dos professores em sala de aula, limitando fortemente o currículo. Sendo assim, essa análise sugere que o debate em torno deste tema, deve ser encarado não apenas como uma questão educacional, mas também como um reflexo das tensões políticas e sociais que nosso país enfrenta.

Considerações Finais

Diante desta pesquisa, fica evidente que o movimento Escola Sem Partido defende um currículo que busca em primeiro lugar a neutralidade política e ideológica nas escolas. Mesmo que essa proposta tenha como objetivo evitar o que poderíamos chamar de "doutrinação", a análise das referências consultadas revelou que essa perspectiva levanta questões importantes sobre o verdadeiro papel da educação e até que ponto uma neutralidade total no ensino é necessária ou desejável.

O currículo é sempre fruto de escolhas, trazendo assim valores, visões de mundo e intenções. Sendo assim as propostas de uma escola que vise a neutralidade pode apresentar riscos ao ensino e a democracia, limitar o diálogo e a diversidade de ideias dentro de sala de aula e acaba por restringir todo o potencial que a escola tem como um espaço de reflexão e construção do conhecimento. Assim, ao debater o tema proposto, é necessário questionar, sobre



qual o tipo de educação que se almeja para as futuras gerações. A escola deve formar cidadãos conscientes, que consigam pensar por si mesmos e participar ativamente da sociedade.

Referências

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em : https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
Acesso em: 3 nov.2025

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: Diário Oficial da União, 1996. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm Acesso: em 3 nov. 2025

BRASIL. Projeto de Lei nº 867, de 23 de março de 2015. Inclui as diretrizes e bases da educação nacional: O Programa Escola sem Partido. Câmara dos Deputados, Brasília, DF, 2015. Disponível em :
https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1317168&filename=Avulso%20PL%20867/2015 Acesso em: 3 nov. 2025.

FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários a práticas educativas. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

SAVIANI, D. Escola e Democracia. Campinas. Autores Associados, 2008.